



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

MULHERES RURAIS E A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR:

Um olhar desde os Comuns

Cristiano Kerber

GT 04: Re-existências e emergências: as práticas solidárias e transformadoras das mulheres do campo, das florestas, e das águas num mundo de crises.

RESUMO

Este artigo resulta de um ciclo de debates realizados no âmbito dos estudos socioantropológicos sobre a agricultura familiar em projetos de pesquisa e extensão no Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar, no período de 2018 a 2022. O objetivo é discutir a sustentabilidade da agricultura familiar no Brasil a partir da visibilização do papel das mulheres. Para isso, nos apoiamos nos trabalhos de Eric Sabourin, Joan Martínez-Alier e Maria Ignez Paulilo, os quais discutem questões referentes às relações que constituem a agricultura camponesa como um espaço de resistência frente à mercantilização e a apropriação privada dos recursos comuns. Este trabalho possui uma abordagem interpretativa e busca refletir sobre os Comuns, que são formas comunitárias de gestão de recursos que visam contrapor as interferências do Estado e do Mercado. Conclui-se deste ensejo que as mulheres rurais realizam um importante trabalho na continuidade da agricultura familiar e mesmo no equilíbrio ecológico do meio rural a partir de práticas historicamente invisibilizadas, como o trabalho doméstico e de cuidados, os quais devem receber a atenção devida para que emergjam novas sociabilidades mais justas e sustentáveis no mundo rural.

Palavras-chave: Mulheres rurais; sustentabilidade; agricultura familiar; Comuns.

INTRODUÇÃO

O contexto de reapropriação dos espaços comuns para a manutenção da

lógica capitalista de acumulação tem sido palco de insidiosos conflitos envolvendo diversos atores sociais, como os representantes do agronegócio, organizações camponesas, movimentos indígenas, políticos, entre outros, que travam no âmbito da agenda do Estado e nos territórios concretos lutas que, simbólica e materialmente, envolvem aspectos complexos.

No limite, David Harvey (2004) aponta acertadamente que ocorre um novo processo de acumulação, a qual pode ser identificada pela sua característica espoliadora. Os conflitos presentes no cenário rural brasileiro, como a perseguição e morte de militantes camponeses e indígenas, bem como o sucesso da tese do Marco Temporal e o esvaziamento dos instrumentos de luta institucional da agricultura familiar, com o fortalecimento do discurso do agronegócio (inclusive sobre a produção orgânica), demonstram que a luta de classes no campo não se resolveu com a amálgama de interesses conflitantes no bojo do Estado democrático neoliberal, mas ocorreu o seu oposto, as clivagens tornam-se ainda mais evidentes e o limiar disso está na paulatina perda de espaço da agricultura familiar e camponesa pelo agronegócio. Seja por confronto direto, por fragilização dos elementos fundamentais da pequena produção (como o acesso aos recursos comuns) ou a cooptação ao discurso da grande propriedade, veiculado pelas várias mídias e meios acadêmicos, a agricultura familiar encontra-se enredada em um processo de expropriação em curso.

Portanto, este trabalho busca refletir sobre as possibilidades que apresentam-se para a agricultura familiar, compreendendo a emergência do debate sobre o trabalho de cuidados, historicamente invisibilizado ou minorizado (mesmo em círculos de produção científica sobre o campesinato), como um estopim para o reconhecimento das mulheres rurais como agentes de sustentação deste modelo de produção agroalimentar, considerando a agricultura familiar como componente do grande conjunto de povos do campo, nos termos de Van der Ploeg (2008), que encontram-se em oposição aos grandes mercados - impérios - na reminiscência de proteger suas formas próprias de sociabilidade, bem como os recursos de uso comum, através da constituição dos Comuns.

Para esta análise crítico-social do papel das Mulheres Rurais na agricultura familiar contemporânea buscamos identificar os pontos de contato entre os

trabalhos de Eric Sabourin, Joan Martínez Alier e Maria Ignez Paulilo que, por caminhos ligeiramente diferentes, demonstram que a agricultura familiar, bem como a própria sustentabilidade socioambiental, dependem das mulheres e de seu trabalho.

Metodologicamente, trabalhamos com uma análise fundamentada nos principais escritos destes autores sobre a questão da agricultura familiar e do papel das mulheres, buscando desenvolver uma síntese crítica a partir dos pressupostos apresentados.

O desenvolvimento do trabalho organiza-se em três seções relacionadas, em cada uma discutimos brevemente as contribuições de cada autor em particular com referência ao tema proposto, nas quais apresentamos o argumento central defendido no bojo do artigo, qual seja, a participação ativa das mulheres rurais na sustentabilidade da agricultura familiar, especialmente, a partir da constituição e manutenção dos Comuns.

A SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

O tema proposto neste trabalho nos levou, necessariamente, a encontrar pelo caminho os trabalhos do antropólogo e sociólogo Eric Sabourin. As intersecções entre os estudos rurais e a antropologia econômica promovidas pelo autor permitem elucidar um pouco melhor o problema de pesquisa aqui constituído.

A agricultura familiar, muitas vezes chamada de camponesa, passou por diversos “finais”. A promessa da modernização agrícola oriunda da Revolução Verde aliada à pressão do agronegócio sobre o Estado provocou uma série de teorias sobre a descampinização do rural brasileiro. Certamente, ocorrem reconfigurações importantes, mas nem o rural morreu, como alguns pronunciaram há décadas atrás, tampouco a pequena produção realizada por famílias rurais.

Uma das razões para a permanência da agricultura familiar foram as políticas públicas implementadas nas primeiras décadas do Século XXI, visando fortalecer as famílias rurais. PAA, PRONAF, ATER, PNRA¹, entre outras, são siglas que remetem a

¹ As siglas são, respectivamente: Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional da Agricultura Familiar; Assessoria Técnica Rural; e, Programa Nacional da Reforma Agrária.

um conjunto de arranjos institucionais que permitiram o investimento nas bases da agricultura familiar, muito embora existam críticas aos limites delas em garantir a competitividade com o agronegócio e a sua seletividade socioeconômica.

Neste sentido, é importante mencionar que o Estado brasileiro tornou-se um campo de conflitos entre agendas políticas distintas com relação à agricultura. De certa forma, a agroecologia tornou-se o principal elemento de referência e distinção entre o agronegócio e a agricultura camponesa, tornando-se um tema de investigação recorrente nos estudos rurais no Brasil. Eric Sabourin é um destes pesquisadores que contribuíram para a compreensão deste fenômeno.

Sabourin desenvolve sua teoria sobre a relação entre a agricultura familiar e a agroecologia a partir de certos pressupostos. Em primeiro lugar, para o autor a agricultura familiar representa um modelo de produção agrícola sustentável e socialmente justo, principalmente em contraposição à agricultura industrial. Segundo Sabourin, este modelo possui três papéis principais: contribui à segurança e soberania alimentar, conserva a biodiversidade e possibilita um desenvolvimento rural mais igualitário.

Um dos principais conceitos que Sabourin trabalha é o de multifuncionalidade agrícola. Essa concepção consiste na ideia de que a agricultura não é apenas uma atividade econômica produtiva, mas, tem efeitos socioambientais relevantes. Destaca-se que a agricultura passa de ter apenas uma importância no PIB, para uma lógica em que se reconhece o trabalho dos agricultores frente às questões centrais do nosso tempo. Portanto, a agricultura familiar tem a capacidade de realizar serviços ecossistêmicos como a conservação dos ambientes naturais e seus recursos, realiza a manutenção do solo por meio do cultivo agroecológico e, também, o sequestro do carbono, levando, inclusive, a iniciativas de remuneração a estas práticas por parte de organismos, Estados e empresas.

Neste mesmo sentido, as comunidades rurais também contribuem socialmente por meio da preservação de conhecimentos e práticas tradicionais que ampliam a importância da agricultura familiar frente à sociedade mais abrangente, algo defendido por movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas.

O reconhecimento da multifuncionalidade agrícola para o fortalecimento de relações não-mercantis, nos termos de Sabourin, leva a discutirmos dois feixes. O

primeiro é a questão da reciprocidade nas relações próprias deste modelo de agricultura, considerando a importância dos Comuns, e o outro é a compreensão de que se o trabalho no campo não diz respeito apenas ao âmbito produtivo e mercantil, o papel das mulheres passa a ter mais destaque.

Em primeiro lugar, o manejo dos recursos comuns exige, segundo Sabourin, a existência de dispositivos que sejam coletivos e multifuncionais. Coletivos, porque exige-se um trabalho de ajuda mútua, em que emergem relações de reciprocidade ao invés (ou em complementaridade) de trocas mercantis, e multifuncionais, para que não estejam focados apenas na produção de mercadorias, mas, na própria reprodução da vida e da comunidade.

O autor destaca alguns casos em seus trabalhos, como a construção de cisternas, a gestão de recursos ambientais, bancos de sementes comunitários, e demonstra que existe uma lógica própria e imanente a estas experiências, no entanto, as regras sociais que tornam possível este ensejo passam por problemas com o tempo devido aos tensionamentos com o próprio mercado capitalista. Segundo Sabourin (2010, p. 160):

Entretanto, as regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas, e sua reprodução está sendo comprometida pelo domínio cada vez maior da troca sobre as relações sociais. Essas experiências foram socialmente e historicamente construídas e dependem de processos de aprendizagem institucional das regras (Ostrom, 1998) e das lógicas na interface entre o local e o global, o mundo da reciprocidade e aquele do intercâmbio capitalista (Douglas, 2004).

Assim, embora existam experiências bem sucedidas, que colaboram para a sustentabilidade da agricultura familiar, as relações de reciprocidade que constituem os Comuns exigem que esta lógica seja mantida por meio da aprendizagem e atualizada conforme as novas contradições do mundo social em que a agricultura se insere.

Nestes termos, pensar os Comuns torna-se interessante, afinal, o tensionamento é o que permite evidenciar as contradições. A lógica de gestão coletiva dos Comuns é particularmente calcada no mundo da vida concreta e não em abstrações como “oferta e demanda”. A historiadora Silvia Federici explica que os Bens Comuns tem como sua unidade mais básica a comunidade, isto porque ao longo da história, a manutenção dos recursos de uso comum se deram pela propriedade coletiva, não pública e nem privada. Foi a emergência do capitalismo

mercantil que exigiu a privatização dos espaços comuns e compartilhados em razão da acumulação, algo tão bem estudado por filósofos como Karl Marx.

No entanto, algo que Federici chama a atenção em seu livro clássico “O Calibã e a Bruxa” (2019), é que os teóricos clássicos não deram relevância ao papel das mulheres neste contexto. A perseguição às bruxas, o fortalecimento do domínio patriarcal e a expropriação de recursos do campesinato na Europa são fenômenos que se revelam interconectados, não por coincidência, mas, porque historicamente foram as mulheres que realizaram o papel de cuidar, proteger e reproduzir estes recursos.

Nestes termos, a luta política pela agricultura familiar exige produzir contextos possíveis para relações de reciprocidade na mesma medida em que deve reconhecer o trabalho das mulheres para a sustentação dos meios pelos quais a agricultura camponesa se viabiliza, sem ignorar o papel das políticas estatais, mas, sem depender completamente delas dado que sua organização está voltada ao agronegócio e a produção de *commodities*.

A lógica econômica capitalista *mercadoriza* gente, terra e dinheiro (POLANYI, 2013), pois a mercantilização finda as relações sociais, dá por encerrado o vínculo de interdependência. O fetiche da mercadoria está, justamente, em não revelar, deixar ocultas as relações que permitiram a existência daquele bem. No caso da mercantilização dos recursos naturais ocorre o mesmo.

Segundo Sabourin (2017, p. 06),

(...) a relação de ajuda coloca em jogo laços sociais, sentimentais e simbólicos. Assim, ela se diferencia da troca ou do comércio na medida em que, precisamente, não implica uma retribuição equivalente, imediata ou diferida, que liberaria o beneficiário da sua dívida. De certo, existe uma espera de retorno no que tange a ajuda, ainda mais que a pressão social, os valores da honra e de prestígio colaboram para isto, porém sem que haja nada de contratual, nem obrigatório. Além do mais, ela pode ser diferida, assumida por outro membro da família ou ainda ser uma prestação de natureza diferente, como uma dádiva de semente, um gesto de amizade.

Distante de romantizar o papel da agricultura familiar (o que pode ser um equívoco comum), o que observamos aqui é a identificação da reciprocidade como uma relação que não se finda, mas recomeça, sempre tomando por ponto inicial aquele deixado pelo outro. O que a mercantilização rompe, a reciprocidade própria da gestão comum de recursos põe em movimento e reconecta. Neste sentido, a

feição feminina da agricultura, não por essencialização, mas por condições históricas e culturais, está justamente na reprodução da vida, a qual acontece no âmbito da casa, dos quintais produtivos, na roça e na comunidade. Reproduzir é uma outra palavra, talvez mais naturalista, mas que a sintetiza bem, para a Sustentabilidade.

AGRICULTURA FAMILIAR COMO ECOLOGISMO

Como evidenciam diversos autores, a agricultura familiar possui um grande potencial ecológico, tendo em vista que por meio do trabalho rural das famílias uma série de práticas de cuidado e cultivo do solo e demais recursos naturais pode ser realizado. Um autor que capturou muito bem isso é o economista e cientista político Joan Martínez-Alier.

Através de uma ampla e sistemática discussão sobre o papel das comunidades tradicionais na sustentabilidade ambiental, Martínez-Alier conseguiu consagrar uma importante reflexão sobre a perspectiva ecológica “dos de baixo”, ou seja, das classes populares, periféricas e subalternas do mundo que, a despeito de suas limitações estruturais, produzem sociabilidades mais justas em relação à gestão dos recursos comuns, que o Mercado ou o Estado, inclusive pondo-se em conflito com estes para o alcance de seus objetivos que, em geral, dizem respeito a proteger e manter a vida.

O Ecologismo Popular, também reconhecido por Ecologismo dos Pobres, é uma abordagem teórica, mas também política, que concentra-se na clivagem entre justiça ambiental e justiça social, sem que se privilegie algum dos lados, considerando as comunidades marginalizadas como centrais nas lutas socioambientais no tempo presente, algo negligenciado em grande parte da história do movimento ambientalista.

Conforme Martínez-Alier (2011), para analisar os conflitos socioambientais, devemos partir do pressuposto de que a preservação ambiental não se trata apenas de questões técnicas e/ou científicas, mas, sobretudo, de elementos éticos, políticos e socioculturais. A concepção de que “todos estamos no mesmo barco” em relação à crise ecológica não só soa como os universalismos do início da modernidade, os quais já demonstram-se falidos, como maquia a realidade concreta de um conjunto

de grupos sociais que são duramente afetados, por exemplo, pelas mudanças climáticas, enquanto outros, beneficiam-se financeiramente disso.

Como o autor demonstra em seu livro célebre, historicamente construíram-se diversas correntes, ou seja, formas diferentes de interpretar e lidar com a questão ambiental. Desde perspectivas mais naturalistas, com enfoque em aspectos biológicos, nos quais o papel do *antropos* é deixado em segundo plano, até perspectivas tecnicistas baseadas em biotecnologias capazes, com muitas aspas, de “resolver” os danos causados pelas sociedades industriais aos ecossistemas do Planeta. Em suma, este debate ultrapassa barreiras e foi, com frequência, dominado por intelectuais, cientistas e políticos do “primeiro mundo”². Justamente neste ponto encaixa-se a crítica de Martínez-Alier.

Na perspectiva do autor, as desigualdades socioeconômicas estão vinculadas diretamente às desigualdades ambientais em uma espécie de reforço simultâneo. Podemos observar isso no âmbito da estrutura agrária brasileira, por exemplo, nos bolsões de pobreza rural gerados nas franjas do agronegócio, na continuidade do processo de expropriação e êxodo de famílias do campo para as periferias de grandes centros urbanos, bem como nos reiterados crimes ambientais realizados pela agricultura industrial por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos, poluindo fontes de águas, contaminando o solo e, conseqüentemente, as pessoas.

O ecologismo popular busca, dessa forma, atribuir visibilidade às comunidades marginalizadas ao longo da história em conflitos socioambientais. Argumento aqui que a agricultura familiar de base camponesa pode ser referida como um caso emblemático de ecologismo dos pobres, pois, por meio de suas práticas e da multifuncionalidade da atividade agrícola, realiza-se um conjunto amplo de serviços ecossistêmicos essenciais à sustentabilidade ambiental, mesmo que estes atores sociais não se reconheçam como ecologistas. Como aponta Martínez-Alier (2011), é comum que comunidades marginalizadas não possuam a linguagem adequada, do ponto de vista econômico e político, para expressar-se diante dos conflitos socioambientais nos quais se inserem, mas, há uma disputa de valores entre o ecologismo clássico e outras formas mais alternativas, principalmente, porque a prática ecológica destes grupos sociais está ligada à base,

² Em outros trabalhos, como em Kerber (2022), discutimos com mais detalhamento estas diferentes correntes ambientais.

ou seja, a estrutura mais elementar de suas vivências, ligando-se a terra, ao que brota nela, e aos recursos de que dependem para produzir a vida. Considerando o mundo rural como um espaço de vida (WANDERLEY, 2009), a perspectiva ambiental das comunidades que constituem este mundo está calcada em sua realidade concreta, não em questões ecológicas amplas e ahistóricas, mas em situações que acontecem no cotidiano. Neste ponto, passa a esclarecer-se o quanto o ecologismo popular prevê também um debate sobre o papel das mulheres na postura ativa das comunidades diante dos conflitos socioambientais, pois, como demonstra Silvia Federici (2022), quando encontramos as bases, encontramos necessariamente as mulheres³ e suas práticas sociais.

Segundo Martínez-Alier (2011, p. 283), “as mulheres são portadoras de um papel socialmente construído como provedoras do *oikos*”, neste sentido, as imbricações entre o público e o privado no mundo rural possuem uma série de contingenciamentos e, mesmo na contemporaneidade digital, muito se desfez das certezas quanto a esta dicotomia. No entanto, é *mister* compreender que a casa e a propriedade rural como unidade indissociável na sociedade camponesa é mantida pelos braços femininos. Desde o trabalho da casa, considerado “servicinho”, até o da roça, em que muitas vezes são consideradas apenas como ajudantes, e até mesmo no espaço intermediário, que são os quintais produtivos, as famosas hortas orgânicas para a manutenção da alimentação da família, estas mulheres encontram-se em uma jornada de trabalho literalmente interminável, como demonstra Herrera (2019) em sua pesquisa sobre o trabalho de cuidados na agricultura familiar.

Dessa forma, o ecologismo popular emerge a partir de um conjunto de necessidades refletidas. São as mulheres que “protestam quando a escassez e a contaminação da água, do ar e do solo ameaçam a sobrevivência das famílias”

³ A brevidade deste trabalho não nos permite uma profunda discussão sobre o que denominamos “mulheres”, tendo em vista que é um conceito vago se tomado em sua multiface. Como forma de deixar minimamente explicado, consideramos as mulheres neste trabalho como o conjunto de atores sociais a quem foram atribuídos historicamente o trabalho de cuidados, também chamado de trabalho reprodutivo, em especial, o da gestação. Não nos compete essencializar este papel, pelo contrário, a crítica social contemporânea recusa qualquer possibilidade de generalizar a um conjunto de pessoas um dado fenômeno, porém, quando falamos de comunidades rurais e da agricultura familiar, e reconhecimento do potencial sustentável destes, estamos evocando a categoria “mulheres” em sua dimensão diversa e peculiar, as quais realizam um importante trabalho pela manutenção da vida camponesa. Não são todas, mas são muitas, e a vasta bibliografia sobre mulheres rurais demonstra a pluralidade de suas vivências, mas, também a singularidade dessa experiência que as une. O Movimento de Mulheres Camponesas possui importantes contribuições a esta discussão.

(MARTÍNEZ-ALIER, 2011, p. 183). É evidente que esta lógica passa por uma condição de profunda desigualdade, que é a disparidade no acesso à terra e a condições materiais que lhes permitam autonomia.

Mesmo que o reconhecimento do papel das mulheres na sustentabilidade da agricultura familiar é central para avançar na própria reflexão crítica sobre os Comuns, é elementar que a sacralização da natureza e, por consequência, das mulheres, não se constitua como única forma de valorizar o trabalho feminino, afinal, esta empatia automática que constrói-se discursivamente entre natureza e mulher pode provocar mais problemas que soluções. Assim, a perspectiva dos Comuns é a de que o papel das mulheres constrói-se por meio das práticas cotidianas. A gestão dos recursos comuns depende de todos que compõem uma comunidade, cada qual com seus compromissos coletivos em relação ao bem a ser apropriado, como discute Elinor Ostrom, mas, no limite sabemos que no cenário de intensa desigualdade a luta pela sobrevivência é profundamente feminina.

Para avançar mais um pouco neste debate, discutiremos as relações de gênero na agricultura familiar a partir da perspectiva da socióloga Maria Ignez Paulilo.

O LUGAR DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

Estamos convencidos de que a sociedade brasileira é estruturalmente machista; o sexismo, mesmo em formas mais brandas, transparece nas relações sociais desde o ambiente doméstico até espaços públicos de grande evidência, como na política. Sobre o mundo rural, não seria diferente. Desde os escritos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda discute-se em profundidade o chamado “patriarcalismo rural”, como um fenômeno abrangente da centralização da figura do patriarca da família como mantenedor e dominante, seja em sua própria propriedade, como na comunidade. Mesmo as lutas camponesas e a sindicalização rural por muito tempo foram consideradas “assuntos para homens”, sendo que até os dias de hoje o engajamento feminino em movimentos sociais do campo geram estranhamentos e críticas, como demonstrou Aguiar (2016) em seu trabalho sobre a Marcha das Margaridas.

Destarte, não se trata aqui de deslocar irresponsavelmente o mundo camponês de seu entorno, a estrutura patriarcal subjaz a todas as realidades sociais. Mas há um elemento em potencial a ser discutido sobre as relações de gênero na agricultura que nos trazem até aqui e que justificam a reflexão sobre o papel das mulheres na sustentabilidade da agricultura familiar.

Maria Ignez Paulilo é uma intelectual brasileira das ciências sociais que deu importantes contribuições aos estudos rurais, em especial àqueles centrados nas relações de gênero. Com uma perspectiva feminista e uma abordagem materialista crítica, a categoria trabalho sempre foi central em seus estudos. Quando debatemos a questão dos Comuns e em como modos de gestão coletivos e equitativos podem fornecer subsídios para a sustentabilidade rural, precisamos reafirmar as condições em que o trabalho concreto se dá.

Em *O Peso do Trabalho Leve* (PAULILO, 1987), encontra-se uma reflexão teórico-empírica referencial sobre a desigualdade da valoração do trabalho, considerando gênero como elemento de classificação. Segundo Paulilo, “apesar da sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos.” (PAULILO, 1987, p. s/p).

Compreende-se aqui que a exploração do trabalho é uma condição *sine qua non* do capitalismo em sua generalidade, especialmente no campo, mas, considera-se que há um duplo processo de exploração com relação às mulheres. O trabalho realizado por elas é sempre, e em todo lugar, desvalorizado do ponto de vista econômico, são chamados de servicinhos, de ajuda, tomados por complementos daquilo que seria de fato importante, o que é feito pelos homens. Porém, Paulilo argumenta que isto é uma falácia. A distinção entre trabalho “leve” e “pesado” que se constitui genericado, não baseia-se na natureza fatídica do serviço realizado, da energia empregada, ou do tempo gasto, mas de quem o faz. Se são mulheres e crianças, é leve, se são homens adultos, é pesado. Somado a isso, essa distinção impõe preços, e impede que mulheres realizem trabalhos mais vantajosos, mesmo que sejam capazes disso ou até mesmo já o façam sem serem vistas por isso.

O denominado “trabalho leve” é o condutor mais básico da existência

camponesa e, por conseguinte, o que deveria receber tal valorização. O trabalho de lavar, costurar, cozinhar, curar, dobrar, fiar, fatiar, arar, adubar, entre outros, determina o cuidado como elemento estruturante das sociabilidades no mundo rural.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. (PAULILO, 1987, s/p).

No entanto, apesar desta realidade cristalizada ser uma constante, inclusive demonstrado nos trabalhos de Herrera (2019) sobre o *care*, existem pulsões de mudança. A crítica e o engajamento das mulheres desenvolveu no Brasil uma série de experiências transformadoras e emancipatórias, nos termos de Gaspareto (2017), a partir de uma certa epistemologia camponesa, ou seja, uma forma específica de construção do conhecimento desde as bases destas mulheres.

Nas últimas décadas, o Movimento de Mulheres Camponesas vem se destacando pela sua construção prática e discursiva com relação à exploração feminina no mundo rural. Trabalhos como os de Paulilo (2016) têm demonstrado o alcance do movimento em apresentar uma proposta original sobre o debate camponês e das relações de gênero. Como a própria nomina, o teor do MMC é o de um “feminismo que nasce na horta”.

Com os quintais produtivos, a preservação e troca de sementes crioulas, os círculos epistemológicos de cultura, as místicas camponesas, as agendas de ação coletiva nas comunidades e num âmbito mais geral da sociedade, as mulheres do MMC questionam o modelo produtivo vigente, a ausência de políticas públicas eficientes, a exploração e a dominação, bem como o caráter patriarcal da agricultura. Através de uma espécie de “essencialismo estratégico”, nos termos de Rodríguez-Magda (2007), reivindicam a sustentabilidade ambiental como fator elementar da vida, na qual possuem um conhecimento tácito que merece ser valorizado.

Assim, Paulilo (2016) argumenta que não se pode definir o feminismo camponês destas agentes em alguma corrente específica do movimento feminista, porque combinam diversos elementos com base em suas necessidades teórico-práticas. A identidade camponesa formulada por estas mulheres está calcada na luta por seus territórios como lugar de práxis (GASPARETO, 2017) e, em

última instância, por suas próprias vidas, o que demonstra uma estratégia coletiva de gestão comum, algo que argumentamos em oportunidade anterior (KERBER, 2021).

Neste sentido, a prática feminista destas mulheres rurais prescinde dos elementos concretos de seu cotidiano. O debate teórico em torno dos Comuns reivindica o mesmo. As formações sociais dependem que os indivíduos façam escolhas com base em suas possibilidades e o façam coletivamente. Os territórios camponeses são um espaço privilegiado de observação deste fenômeno, pois, em diversos momentos as comunidades reúnem-se para trabalhar juntas pelo bem comum. Como não mencionar o compartilhamento dos serviços domésticos e do trabalho de cuidados operacionalizado pelas mulheres de gerações diferentes no âmbito da comunidade. As relações de interdependência e reciprocidade são múltiplas. As mulheres sabem bem disso através de sua experiência.

Em trabalho sobre a fome e o trabalho rural, Paulilo (2013) reforça sua tese de que a disposição entre homens e mulheres na estrutura produtiva rural não diz respeito a características inatas, mas a própria construção de lugares sociais com base em categorias generificadas. Neste sentido, o trabalho das mulheres, tão importante à sustentabilidade na agricultura familiar é invisibilizado, enquanto o dos homens, no setor produtivo, é valorizado. No entanto, se os papéis são questionados e reconfigurados e as mulheres adentram a escala produtiva com alguns protagonismo, não se busca discutir os porquês do produtivismo e da técnica, nem como determinadas lógicas são imperativamente machistas, pois, ignoram as condições concretas do “ser mulher”, mesmo em uma sociedade um pouco menos desigual.

A pergunta deve ser por que mantemos um ideal produtivista, como discute Paulilo (2013, p. 304):

Mas, de todas as críticas, a que deve ser feita com mais veemência é o estabelecimento do padrão de produtividade masculino como um ideal a ser alcançado pelas mulheres. Mudam-se os termos, mas não a inferiorização e a desqualificação do trabalho feminino. Se não é a religião e a biologia que são chamadas para legitimar as desigualdades, é o padrão tecnológico produtivista que exerce esse papel.

O modelo merece ser questionado pois, o que muitas vezes não se repensa é que o atual conjunto de práticas econômicas só é possível em um mundo

estritamente individualista e desagregado, em que somos mediados por processos burocráticos e mecanismos autômatos, nunca por relações aproximadas, porém, se discutimos sustentabilidade precisamos, antes de mais nada, discutir os Comuns, formas coletivas de gerir, sendo assim, uma maneira de pensar que gera deslocamento.

Como enunciam Dardot & Laval (2019), os comuns são uma alternativa ao paradigma estabelecido, no qual a propriedade privada é indiscutível. Em seus trabalhos, ambos destacam que a forma-mercadoria acaba por estabelecer uma lógica de apropriação e exploração indefinida, que provoca o exaurimento dos recursos naturais e a exclusão social de determinados grupos. Os Comuns então funcionam como um modelo coletivo e democrático de gerar e gerir estes recursos, sejam eles naturais ou não. Para isso, precisa haver uma postura ativa e participativa das comunidades e mais equidade nas relações entre os sujeitos, levando a considerar o rompimento com as desigualdades de gênero, raça, origem e condição física e psíquica, em busca de relações de cooperação e reciprocidade. Em suma, torna-se necessário vencer a lógica competitiva.

Pode parecer impossível, mas, os autores desafiam o *status quo*, assim como Elinor Ostrom (1990) o fez, demonstrando que há um conjunto de experiências bem sucedidas de gestão comum de recursos, sendo necessária a sua articulação para que alcance maior notoriedade e possam estabelecer-se como possibilidade sistêmica. Neste sentido, o trabalho das mulheres em seus territórios, a partir do cotidiano, do trabalho de cuidados e do engajamento coletivo, embora pareça insignificante, até mesmo para elas, triunfa como um modo de vida alternativo e concorre para a sustentabilidade da e na agricultura camponesa, tão ameaçada, criticada e sensivelmente vilipendiada pelo agronegócio e seus representantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a sustentabilidade da agricultura familiar é um tema complexo que envolve a interseção de diferentes perspectivas e abordagens. A partir dos estudos de Eric Sabourin, Joan Martínez-Alier e Maria Ignez Paulilo fica evidente que a agricultura familiar desempenha um papel crucial na promoção da

sustentabilidade agrícola e na construção de uma sociedade mais justa, por meio da preservação e gestão dos recursos comuns. Em face disso, as políticas públicas implementadas nas últimas décadas foram fundamentais para fortalecer as famílias rurais, apesar das críticas em relação aos seus limites.

Neste sentido, a concepção de multifuncionalidade agrícola demonstra que a agricultura familiar vai além da produção econômica e desempenha um papel importante na segurança alimentar, conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural igualitário, no qual a gestão coletiva dos recursos comuns, baseada na reciprocidade e na valorização do trabalho das mulheres, é fundamental para a sustentabilidade da agricultura familiar.

No entanto, estas relações de reciprocidade enfrentam desafios devido à crescente mercantilização e às contradições do sistema capitalista. Portanto, é necessário continuar aprendendo e atualizando as práticas de gestão comum dos recursos, reconhecendo a importância dos Comuns e do papel das mulheres para a sustentabilidade da agricultura familiar.

A agricultura familiar também pode ser interpretada como uma forma de ecologismo popular, em que as comunidades marginalizadas desempenham um papel central na luta pela justiça ambiental e social, como demonstra Martínez-Alier. A preservação ambiental, neste sentido, não pode ser dissociada de considerações éticas, políticas e socioculturais, e a desigualdade socioeconômica está intrinsecamente ligada às desigualdades ambientais. A agricultura familiar, por sua vez, desempenha um papel importante na promoção de práticas de cuidado ambiental e na construção de sociabilidades mais justas.

Em suma, a sustentabilidade da agricultura familiar requer o reconhecimento e fortalecimento contínuo das relações de reciprocidade, gestão coletiva dos recursos comuns e valorização do trabalho das mulheres, juntamente com políticas públicas adequadas e uma perspectiva ecologista que considere as perspectivas e necessidades das classes populares, as mais atingidas pelos fenômenos adversos oriundos da crise ecológica contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, v. 15, p.

261–295-261–295, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Common: On revolution in the 21st century*. Bloomsbury Publishing, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Editora Elefante, 2022.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. *A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina*. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Tese. 2017.

HARVEY, David et al. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist register*, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

HERRERA, Karolyna Marin et al. *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Tese. 2019.

KERBER, Cristiano. *O Discurso Ecológico, a Educação Ambiental e os Comuns*. Trabalho de Conclusão de Licenciatura. 2022.

KERBER, Cristiano. *O Papel das Sementes Crioulas no Movimento de Mulheres Camponesas*. In: *Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2021*, p. 1-20.

MAGDA, Rosa María Rodríguez. *Transmodernidad; La globalización como totalidad transmoderna*. *Observaciones filosóficas*, n. 4, p. 6, 2007.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *O Ecologismo dos Pobres*. Ed. Contexto, 2011.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: The evolution of institutions for collective action*. Cambridge university press, 1990.

PAULILO, Maria Ignez S. *FAO, fome e mulheres rurais*. *Dados*, v. 56, p. 285-310, 2013.

PAULILO, Maria Ignez S. *O peso do trabalho leve*. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Que feminismo é esse que nasce na horta?*. *Política & Sociedade*, v. 15, p. 296, 2016.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Leya, 2013.

SABOURIN, Eric. *Multifuncionalidade relações não-marcantis: manejo de recursos comuns no Nordeste*. *Caderno CRH*, v. 23, p. 151-169, 2010.

SABOURIN, Eric. *Produção camponesa e seguridade alimentar no Brasil: uma análise pela teoria da reciprocidade*. *RELAER Revista Latinoamericana de Estudios Rurales*, p. 1-21, 2017.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. UFRGS Editora, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Editora da UFRGS, 2009.